

Diretrizes e prática farmacêutica

■ O PROFESSOR PAULO ROBERTO BOFF AVALIA OS EFEITOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES SOBRE O ENSINO E A PRÁTICA FARMACÊUTICA, UMA DÉCADA APÓS A SUA IMPLANTAÇÃO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. BOFF É PROFESSOR NO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DA UFSC (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA), COORDENADOR DO CURSO DE FARMÁCIA E GERENTE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL (UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA) E CONSELHEIRO FEDERAL DE FARMÁCIA POR ESSE ESTADO.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
Editor desta revista.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) geraram mudanças na prática farmacêutica, ao longo dos dez anos de sua implantação pelo Ministério da Educação? Que mudanças? As respostas a estas perguntas trazem pedras angulares do novo modelo de ensino farmacêutico, implantado, no Brasil, em 2002, pelo Ministério da Educação, do qual figura a formação generalista.

A revista PHARMACIA BRASILEIRA foi buscar, fora da Comissão de Ensino do CFF, as respostas a estas perguntas. Entrevistou uma autoridade no setor, o Dr. Paulo Roberto Boff, farmacêutico-bioquímico, professor no Departamento de Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenador do Curso de Farmácia e Gerente de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Mestre em Farmácia pela UFSC, Especialista em Saúde Coletiva, em Gestão e Liderança Universitária e em Administração, Boff é, também, Conselheiro Federal de Farmácia por Santa Catarina.

Dr. Paulo Boff faz uma apurada avaliação filosófica, humanística, social, política e mercadológica dos



Professor Paulo Roberto Boff

efeitos das DCNs. “Era uma mudança paradigmática difícil de ser imaginada, em 2002. Era necessário mudar tudo. Essa talvez tenha sido a grande virtude das DCNs: a desestabilização do *establishment*”, observa o professor.

Ele é categórico, ao afirmar que as Diretrizes revolveram o *status quo* estabelecido no setor, causando um impacto difícil de ser assimilado e gerando polêmicas e questionamentos, uma década após sua criação. “O desafio colocado pelas Diretrizes foi enorme. Tanto que, na última década, professores, estudantes e entidades farmacêuticas discutiram – e, ainda, discutem – a melhor forma de implantar esse

novo modelo de educação farmacêutica”, explica Boff.

E acrescenta: “As Diretrizes sacudiram professores, acadêmicos e farmacêuticos, e os provocou, no sentido de que saíssem das posições cômodas em que se encontravam em relação ao modelo vigente de ensino. Enfim, gerou nas pessoas a necessidade de dialogar, para construir o novo modelo”.

Paulo Boff evoca números para falar de questões práticas envolvendo o ensino pós-Diretrizes. Os dados foram colhidos, em Santa Catarina, e apontam

para onde podem estar se inclinando os farmacêuticos formados, naquele Estado, pelo novo modelo de ensino.

Os dados mostram que aproximadamente 83,7% dos egressos formados pela Resolução CNE/CES 02/2002 exercem suas atividades, em farmácias ou drogarias. É um número expressivo que, segundo o professor, pode traduzir o perfil da empregabilidade dos profissionais da geração DCNs.

VEJA A ENTREVISTA COM O DR. PAULO ROBERTO BOFF.

“Dados do Estado de Santa Catarina mostram que aproximadamente 83,7% dos egressos formados pela Resolução CNE/CES 02/2002 exerce suas atividades, em farmácias ou drogarias”

(Farmacêutico e professor Paulo Roberto Boff).

PHARMACIA BRASILEIRA - Dez anos após sua implantação pelo Ministério da Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais merecem que nota e que reflexão do senhor? Que avaliação faz das mudanças instituídas no ensino farmacêutico, no âmbito da graduação, pelo novo modelo?

Farmacêutico Paulo Roberto Boff - Em 2012, faz dez anos de implantação das DCNs para os cursos de Farmácia (Resolução CNE/CES 02/2002), a qual substituiu a Resolução CFE 04/1969. Em tese, substituiu-se uma formação com concepção tecnicista, caracterizada pelas habilitações, pela formação generalista, tendo como pressupostos essenciais uma formação humanista, crítica,

reflexiva e articulada com o Sistema Único de Saúde.

Desta maneira, a implantação das DCNs deveria representar não só uma reaproximação do farmacêutico com o paciente, mas também a possibilidade de que este profissional passasse a integrar definitivamente a equipe de saúde e a ser reconhecido pela sociedade como profissional do setor.

O desafio colocado pelas Diretrizes foi enorme, tanto que, na última década, professores, estudantes e entidades farmacêuticas discutiram - e, ainda, discutem - a melhor forma de implantar esse novo modelo de educação farmacêutica, que passou a ser obrigatório para todos os cursos de Farmácia, no Brasil.

Estes cursos precisaram reformular seus projetos pedagógicos e seus currículos, para formar farmacêuticos aptos a trabalhar, tanto na área privativa do medicamento, quanto nas análises clínicas e toxicológicas ou na tecnologia de alimentos, mas de forma integrada, articulada e de caráter generalista.

Passados dez anos de implantação das DCNs, começam a surgir indicadores que podem e devem ser considerados na tomada de decisões

sobre possíveis mudanças no processo de formação dos farmacêuticos. Um dado que merece atenção especial é relativo ao perfil de empregabilidade dos egressos dos cursos de Farmácia.

Dados do Estado de Santa Catarina, por exemplo, mostram que aproximadamente 83,7% dos egressos formados de acordo com a Resolução CNE/CES 02/2002 exercem suas atividades em farmácias ou drogarias e os demais distribuem-se nas análises clínicas (4,01%), farmácia hospitalar ou de prefeituras (6,76%), incluindo, aqui, o SUS (Sistema Único de Saúde), ou, ainda, em outras áreas (5,90%).

Sem dúvida, esses indicadores são importantes para a tomada de decisão sobre os rumos da educação farmacêutica, no Brasil, e deverão subsidiar a base de discussão, no próximo Fórum de Educação Farmacêutica e nos seguintes.

Impossível dar uma nota para as Diretrizes Curriculares. No meu entendimento, precisamos nos concentrar na geração de indicadores que possam identificar qual é a qualidade do farmacêutico egresso dos nossos cursos e se esta educação atende às necessidades de saúde do País.

PHARMACIA BRASILEIRA - Quais são as principais virtudes e defeitos - se é que os defeitos existem - do modelo de formação generalista de ensino farmacêutico na graduação?

Farmacêutico Paulo Roberto Boff - As Diretrizes Curriculares Nacionais apresentaram-se, de forma radicalmente diferente, se comparadas ao modelo vigente, até então: mudar a formação tecnicista e fragmentada para uma integrada, generalista, e com foco na atenção à saúde (farmacêutico como profissional da saúde e com formação direcionada para o SUS).

Era uma mudança paradigmática difícil de ser imaginada, em 2002. Isso exigia uma alteração de concepção de educação, de metodologia, de articulação dos projetos pedagógicos e, o mais difícil, uma mudança de mentalidade, sobretudo das pessoas que iriam estar à frente dessa nova proposta. Era necessário mudar tudo. Essa talvez tenha sido a grande virtude das DCNs: a desestabilização do *establishment*.

Noutras palavras, as Diretrizes sacudiram professores, acadêmicos, farmacêuticos e instituições de ensino, e os provocou, no sentido de que saíssem das posições cômodas em que se encontravam em relação ao modelo vigente de ensino. Enfim, gerou em todos a necessidade de dialogar, para construir o novo modelo.

Os defeitos, também, existem e em grandes dimensões. Não tomar um foco para formação, não priorizar nada, juntando tudo, sem critérios de importância, dificulta enormemente a sua aplicação. Não há direção. É um caminho amorfo.

Além disso, penso que o maior defeito das DCNs está em seu vício de origem. Elas surgem pautadas por

uma política de educação superior instalada, que liberalizou demais. É um modelo em que tudo pode, no qual educação virou mercadoria e não um projeto de transformação da Nação, por meio da educação. Precisamos avaliar isso com cuidado e, dentro do possível, propor mudanças.

PHARMACIA BRASILEIRA - O aporte de conhecimentos humanísticos, a conexão entre ensino e prática profissional e o diálogo permanente entre cursos, estudantes, sociedade e mercado (eles são previstos pelo novo modelo de ensino como seus pressupostos básicos) estão funcionando e produzindo os efeitos desejáveis?

Farmacêutico Paulo Roberto Boff - Creio que há um esforço por parte da maioria dos cursos em estabelecer essas conexões entre teoria e prática. Mas, em boa verdade, isso não ocorre da maneira como deveria, pois há problemas relacionados com decisão institucional, com financiamento, com corpo docente ainda não preparado para esse tipo de estratégia de ensino-aprendizagem e outras barreiras que precisaremos vencer. Mas acredito que estamos caminhando nessa direção.

Penso que aqueles cursos que estão envolvidos em projetos parceiros com o Ministério da Saúde, como o Pró-Saúde (Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde) e o PET-Saúde (Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde), conseguem maior sucesso.

Sobre conhecimentos humanísticos, o maior problema é acreditar que inserir na grade uma ou mais disciplinas com este conteúdo teórico é a solução e pronto. Este tipo

de conhecimento só se efetiva com prática, com exemplos. Os conteúdos, mesmo os tecnológicos, devem refletir nos seus planos de ensino um caráter humanístico. Mas isso não está formulado, não aprendemos assim e não ensinamos assim. Este é um desafio bem interessante.

PHARMACIA BRASILEIRA - As Diretrizes Curriculares não foram postas em prática em cursos de Farmácia de algumas instituições de ensino públicas e particulares. Outras o fizeram, apenas parcialmente. Quais são as maiores dificuldades para a implementação efetiva do novo modelo?

Farmacêutico Paulo Roberto Boff - Difícil dizer, pois cada instituição enfrenta os seus próprios problemas. Eles são de natureza diversa, quase sempre relacionada à gestão, seja de recursos humanos ou de limitação nos investimentos.

Talvez um problema comum a todos seja a falta de um modelo, pois as Diretrizes, como a palavra já diz, apontam caminhos, mas não definem um formato, uma matriz. Opera dentro do princípio da liberdade, da autonomia. Isso, sempre, gera conflito de interesses. Há que se ter muito diálogo para harmonizar as diferenças e, no coletivo, construir o novo. Talvez o modelo de alocação de carga-horária e de vagas nos departamentos, sobretudo nas universidades que adotam esse modelo de organização, seja um problema específico.

PHARMACIA BRASILEIRA - Que resultados a flexibilidade das Diretrizes e a falta de um modelo poderão gerar, ao longo dos próximos dez anos, para a profissão farmacêutica?

Farmacêutico Paulo Roberto Boff - A flexibilização é condi-

ção fundamental para um curso de Farmácia de um país continental e com tamanha diversidade cultural e socioeconômica, como o Brasil. É ela que permite as adaptações dos cursos às suas realidades regionais. Por isto, a flexibilização deve ser parte do contexto das Diretrizes.

Entretanto, é igualmente fundamental que exista um núcleo comum para todos os cursos de Farmácia, quaisquer que sejam os focos de suas atenções e prioridades. Nos cursos, esse núcleo comum não pode prescindir das áreas básicas e estratégicas da Farmácia; da inclusão de equipamentos, como laboratórios para as práticas farmacêuticas, farmácia-escola, laboratório-escola e de uma biblioteca que reúna um acervo de obras ou acesso à base de dados imprescindíveis aos acadêmicos.

É óbvio que, ao falar em flexibilização, estou prevendo, também, a manutenção e o fortalecimento dos princípios fundamentais que devem nortear o ensino farmacêutico oferecido, após a instituição das Diretrizes, e que são a formação generalista, crítica, reflexiva e humanística.

Não se pode conceber a flexibi-

lização apenas como uma janela para as facilidades oferecidas à instituição de ensino, para que esta planeje o seu curso voltado apenas para o mercado e o modelo econômico, transformando o farmacêutico exclusivamente em mão de obra de uma engrenagem, muitas vezes, desumana e pernicioso à sociedade.

O farmacêutico é um profissional da saúde que, além de ser uma excelência técnica, precisa ser dotado de uma grande capacidade crítica, de uma forte base humanística e universal, e inteirado das questões sociais. O seu humanismo e responsabilidade social não podem ser atropelados por um modelo de ensino que vise puramente ao mercado, ao modelo econômico. Não foi por isto que todos nós - professores, farmacêuticos e acadêmicos - lutamos. Os serviços destinam-se ao bem-estar da população.

De sorte que se os cursos não seguirem um núcleo comum e se usarem mal a flexibilização, teremos uma geração de farmacêuticos que não se reconhecerão entre si e até não se identificarão como farmacêuticos. É preciso ter cuidado. Eu vou propor uma discussão sobre isto, no Plenário do Conselho Federal de Farmácia.

PHARMACIA BRASILEIRA - Existe resistência de algumas instituições de ensino em acatar a recomendação do MEC, no sentido de que implantem as Diretrizes Curriculares plenamente em seus cursos de Farmácia?

Farmacêutico Paulo Roberto Boff - Não acredito que isso esteja ocorrendo. Penso que, para aqueles que não conseguiram implantar as DCNs, os problemas são internos, quase sempre relacionados à disputa

de espaço entre os departamentos. E como as DCNs não apontam focos estratégicos de formação, é compreensível que esse tipo de problema ocorra.

PHARMACIA BRASILEIRA - A prática farmacêutica vem mudando, a partir da instituição da formação generalista?

Farmacêutico Paulo Roberto Boff - A experiência que tenho com a IES (instituição de ensino superior) onde atuo como docente aponta que sim. Mas se avançamos, por um lado, sobretudo com relação à formação de um profissional mais consciente e preparado como profissional da saúde com capacidade para entender e atuar no SUS, por outro lado, perdemos muito no aspecto técnico.

Aqui, não quero dar ênfase à formação "generalista". O problema que temos, e que assusta, está relacionado aos mais de 400 cursos de Farmácia em atividade, neste País, nos quais não sabemos exatamente que tipo de formação os seus estudantes estão recebendo. Isso é muito grave.

PHARMACIA BRASILEIRA - O senhor vê riscos (se é que estes existem) para a profissão com a formação generalista?

Farmacêutico Paulo Roberto Boff - Entendo que a formação do farmacêutico, a partir das novas Diretrizes, deve:

- 1) Ser generalista, crítica, reflexiva, humanística, capacitando o egresso ao exercício de atividades referentes ao âmbito do medicamento, das análises clínicas e, também, tecnologia de alimentos;

“As DCNs surgem, pautadas por uma política de educação superior instalada, que liberalizou demais. É um modelo em que tudo pode, no qual educação virou mercadoria e não um projeto de transformação da Nação, por meio da educação”

(Farmacêutico e professor Paulo Roberto Boff).

- 2) Dotar o farmacêutico dos conhecimentos requeridos para o exercício de competências e habilidades gerais, destacando a atenção à saúde, a tomada de decisões, a comunicação, a liderança, a administração e o gerenciamento e educação permanentes;
- 3) Prover o profissional de competências e habilidades específicas, que totalizam 34 atividades.

Essa complexidade leva a uma reflexão angustiante, pois, como já falei anteriormente, não há como saber o tipo de formação que cada egresso está recebendo em seu curso. Que competências e habilidades efetivamente ele domina? Assim, a pergunta central é: como montar uma proposta que oriente, por meio de conteúdos, práticas etc., o desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), de forma a garantir a formação central do farmacêutico, tendo que formá-lo, também, para as demais áreas?

Se não respondermos a essa pergunta, por melhor que seja a formação promovida pelos cursos de Farmácia, o farmacêutico corre um sério risco de perder a sua identidade, pois a formação poderá ocorrer, de forma muito díspar. Imaginem o cenário, nos mais de 400 cursos espalhadas por este País.

Sem definição de uma formação de eixo central presente em todos os cursos ou uma estratégia essencial de formação comum a todos, penso que o farmacêutico terá dificuldades para responder, de forma mais homogênea e em todo o território nacional, às ações que a sociedade dele demanda.

PHARMACIA BRASILEIRA - Como o mercado tem recebido os farmacêuticos que saem da universidade formados pelo modelo generalista? Eles estão capacitados para atuar em um laboratório de análises clínicas, em uma farmácia comunitária e nas indústrias farmacêutica, de alimento e de cosmético?

Farmacêutico Paulo Roberto Boff - Como já falei, precisamos *entregar* à sociedade brasileira, de Norte a Sul do País, um profissional capaz de atender às necessidades de saúde demandadas por esta sociedade, independentemente da área em que irá atuar, no futuro.

Ouçoo muitas reclamações de entidades associativas da categoria sobre a competência do farmacêutico egresso da Resolução 02/2002, tanto nas análises clínicas, farmácia magistral, indústria etc. Mas ouço, também, manifestações de avanços, como, por exemplo, no SUS, na farmácia comunitária. Essa fragilidade pode, sim, estar associada a essa generalidade da formação.

Em minha opinião, temos que criar uma identidade profissional, em todo o Brasil, centrada nas questões que entendermos essenciais para a profissão. Talvez, relacionadas aos medicamentos e à assistência farmacêutica.

Evidentemente que, ao se adotar esse tipo de estratégia de formação, deve-se deixar espaço para uma formação flexível, que atenda às necessidades regionais e o caráter complementar do âmbito profissional. Dada à complexidade do nosso âmbito de atuação, é necessário definir quais são as atividades em que todos os farmacêuticos devem efetivamente apresentar competências e habilidades para o exercício quali-

ficado de sua função (as atividades que são do âmbito privativo). Definir, também, quais podem receber formação complementar e quais devem ser as propostas que orientem esta formação para os diferentes aspectos do âmbito.

PHARMACIA BRASILEIRA - Fazer uma pós-graduação é imperativo para o farmacêutico que se forma pelo modelo generalista?

Farmacêutico Paulo Roberto Boff - Não necessariamente. Eu acredito na educação permanente. Nos tempos atuais, ninguém pode parar de estudar, de se atualizar. Em minha opinião, temos que pensar num modelo de educação que atenda à dinâmica e à complexidade da profissão farmacêutica.

Talvez tenhamos que desenharmos uma nova gênese de formação que dê conta de responder às necessidades de saúde do País, boa parte delas centrada no fazer farmacêutico. Temos muitas áreas de atuação.

Não acredito que a graduação, seja em que modelo for, possa formar um farmacêutico capaz de atuar em todas as áreas da profissão. Refiro-me inclusive às questões de ciência e tecnologia de fármacos e medicamentos, insumos, biotecnologia, estudo da biodiversidade etc., que são fatores relacionados à soberania nacional.

Não sou favorável à adaptação do modelo generalista para atender, pura e simplesmente, a esse modelo das Diretrizes. Precisamos discutir, dialogar. Talvez ele não sirva para a formação do farmacêutico do Brasil que caminha para ser a quinta economia do Planeta, mas que, ainda, tem graves problemas relacionados com a saúde pública

e que precisam ser enfrentados e solucionados.

PHARMACIA BRASILEIRA - Reclama-se que muitos cursos de Farmácia, ainda, não estão oferecendo uma formação aos seus acadêmicos a par do que estabelecem as Diretrizes. O Ministério da Educação está sendo menos rigoroso do que deveria com as instituições de ensino? O que o MEC deve exigir para que um curso seja aberto e permaneça funcionando, com qualidade e de acordo com as DCNs?

Farmacêutico Paulo Roberto Boff - Não estou convencido de que a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação farmacêutica seja a coisa certa. Antes de pensarmos em eficiência, temos que saber se aquilo que foi definido estrategicamente como regra é a coisa certa a ser feita, a ser perseguida.

É a famosa diferença entre eficiência e eficácia. Precisamos de uma educação que vá além da geração de indicadores quantitativos. É claro que precisamos ampliar o número de profissionais da saúde, no mercado de trabalho, mas é preciso que eles tenham competência técnica e cidadã e competência profissional.

Pergunto, novamente: será que precisamos ter mais de 400 cursos de Farmácia, no Brasil? Para efeito comparativo, a Europa nem chega perto desse número.

A colega Silvana Nair Leite, professora do Departamento de Ciências Farmacêuticas da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e que já realizou avaliação de cursos de Farmácia pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), confidenciou-

-me que um dos efeitos das próprias Diretrizes é a permissividade de "nivelar por baixo".

Os cursos de Farmácia tradicionalmente eram caros, com muitos laboratórios, equipamentos, linhas de pesquisa etc., infraestrutura essencial para que se tenha um bom curso em funcionamento. Mas isso não aparece como exigência nas Diretrizes.

Há uma forte subjetividade neste quesito. A exigência está pautada apenas em estágio no SUS, em clínica. A colega Silvana afirma que, por conta disso, as partes técnica, tecnológica e de P&D (pesquisa e desenvolvimento) perderam força.

Diz ela: "Com isso, na prática, quase qualquer coisa pode ser enquadrada dentro das Diretrizes Curriculares e ser aprovada. Senti muito isso, fazendo avaliações para o INEP. É praticamente impossível dizer que o curso não tem condições físicas e materiais para oferecer um bom ensino de Farmácia". Isso pode ter sido estratégico para a ampliação do número de cursos e da situação que temos, agora.

Superado isso, penso que o MEC, sendo a representação do Estado brasileiro no setor de educação, deve ser o responsável pelo rigor dos diplomas emitidos nas faculdades e cursos aos quais outorgou o funcionamento. É claro que a sociedade deve cooperar nesse processo, inclusive o próprio Conselho Federal de Farmácia.

Essa discussão remete a uma fala anterior, no sentido de que precisamos discutir a autonomia universitária, pautada pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases). Caso o Estado não consiga criar as competências para controlar a qualidade daquilo



que legalmente autoriza, precisa criar restrições. Não podemos concordar com a proliferação de escolas sem condições de educar adequadamente os seus estudantes. A sociedade brasileira precisa avançar, além de ser protegida.

Por fim, é preciso deixar registrado que as Diretrizes Curriculares provocaram, sim, avanços importantes como, por exemplo, o esforço de docentes, estudantes e cursos na promoção de estudos interdisciplinares e, fundamentalmente, a inserção da profissão no Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, precisamos discutir, por meio do levantamento e análise de indicadores, se as Diretrizes precisam ser revisadas, modificadas ou redefinidas.

A produção desta entrevista contou com a colaboração do professor Tarcísio Palhano.